

O DISCURSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO SUBSÍDIO AOS USOS DO ESPAÇO PATRIMONIALIZADO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO FÓRUM CIRCULAR

The heritage education discourse as a subsidy for the uses of the heritage space of the Historic Center of Belém: discursive construction of the circular forum

El discurso de educación patrimonial como subsidio a los usos del espacio patrimonial del Centro Histórico de Belém: construcción discursiva del foro circular

Magaly Caldas Barros*
Maria Goretti da Costa Tavares**

* Universidade Federal do Pará -magalycbarros@outlook.com.

** Universidade Federal do Pará - goretti@ufpa.br

Versão online publicada em 23/03/2022 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>).

Como citar esse artigo: BARROS, M. C.; TAVARES, M. G. C. O discurso de educação patrimonial como subsídio aos usos do espaço patrimonializado do centro histórico de Belém: construção discursiva do fórum circular. **Para Onde!? Edição Especial - Geografia(s) do Turismo**, v. 16, n. 02, p. 213-236, 2022.

Resumo:

Este artigo objetiva analisar de que maneira o discurso de educação patrimonial substancia os usos do espaço patrimonializado do Centro Histórico de Belém (CHB). Trataremos da construção do Fórum Circular a partir da perspectiva teórica de participação popular. Buscamos também explorar como são discutidos no Fórum Circular os usos do espaço efetivados pelas ações desenvolvidas durante o Projeto Circular Campina-Cidade Velha (PC). Por fim, pretendemos identificar as práticas relacionadas à educação patrimonial desenvolvida pelo Projeto e tecer uma análise discursiva destas. Nossa ideia é defender a hipótese de que o PC desenvolve diversas práticas relacionadas ao uso dos espaços patrimonializados. Um dos discursos que sustentam tais práticas relaciona-se à educação patrimonial, por esta caracterizar um diálogo entre comunidades e agentes responsáveis por ações educativas. Assim, o discurso de educação patrimonial substancia os usos do patrimônio no espaço do CHB na efetivação do PC. Problematicamos a conexão do discurso de educação patrimonial produzido pelo PC com a espacialização das práticas realizadas pelos parceiros, evidenciando as forças na disputa pela tomada de decisão sobre o espaço patrimonializado. Somada a outras pesquisas sobre o tema, observamos a importância da educação patrimonial no contexto da participação popular. As implicações concentram-se nos direitos sociais, uma vez a educação patrimonial enquanto instrumento de valorização do patrimônio histórica das cidades, e no âmbito das políticas públicas, visto que a educação patrimonial pode ser vista como mecanismo de partida à formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio ao passo que compõe estratégias de ativação social (BARROS, 2018).

Palavras-chave: Centro Histórico de Belém; Projeto Circular Campina-Cidade Velha; Educação Patrimonial; Preservação do Patrimônio; Participação.

Abstract:

This article aims to analyze how the discourse of heritage education substantiates the uses of heritage space in the Historic Center of Belém (CHB). We will deal with the construction

of the Circular Forum from the theoretical perspective of popular participation. We also seek to explore how the uses of space effected by the actions developed during the Campina-Cidade Velha (PC) Circular Project are discussed in the Circular Forum. Finally, we intend to identify the practices related to heritage education developed by the Project and weave a discursive analysis of these. Our idea is to defend the hypothesis that the CP develops several practices related to the use of heritage spaces. One of the discourses that support such practices is related to heritage education, as it characterizes a dialogue between communities and agents responsible for educational actions. Thus, the heritage education discourse substantiates the uses of heritage in the CHB space in the realization of the CP. We problematize the connection of the patrimonial education discourse produced by the CP with the spatialization of the practices carried out by the partners, evidencing the forces in the dispute for decision-making on the patrimonialized space. Added to other research on the subject, we observe the importance of heritage education in the context of popular participation. The implications are focused on social rights, since heritage education as an instrument for valuing the historical heritage of cities, and within the scope of public policies, since heritage education can be seen as a starting mechanism for the formulation of public preservation policies heritage, while composing social activation strategies (BARROS, 2018).

Key-words: Belém Historic Center; Campina-Cidade Velha Circular Project; Heritage Education; Preservation of Patrimony; Participation.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el discurso de la educación patrimonial fundamenta los usos del espacio patrimonial en el Centro Histórico de Belém (CHB). Abordaremos la construcción del Foro Circular desde la perspectiva teórica de la participación popular. También buscamos explorar cómo los usos del espacio efectuados por las acciones desarrolladas durante el Proyecto Circular Campina-Cidade Velha (PC) se discuten en el Foro Circular. Finalmente, pretendemos identificar las prácticas relacionadas con la educación patrimonial desarrolladas por el Proyecto y tejer un análisis discursivo de las mismas. Nuestra idea es defender la hipótesis de que el PC desarrolla varias prácticas relacionadas con el uso de los espacios patrimoniales. Uno de los discursos que sustentan tales prácticas está relacionado con la educación patrimonial, ya que caracteriza un diálogo entre comunidades y agentes responsables de las acciones educativas. Así, el discurso de la educación patrimonial fundamenta los usos del patrimonio en el espacio CHB en la realización del PC. Problematizamos la conexión del discurso de educación patrimonial producido por el PC con la espacialización de las prácticas realizadas por los socios, evidenciando las fuerzas en la disputa por la toma de decisiones sobre el espacio patrimonializado. Sumado a otras investigaciones sobre el tema, se observa la importancia de la educación patrimonial en el contexto de la participación popular. Las implicaciones se centran en los derechos sociales, ya que la educación patrimonial como instrumento de valoración del patrimonio histórico de las ciudades, y en el ámbito de las políticas públicas, ya que la educación patrimonial puede verse como un mecanismo de partida para la formulación de políticas públicas de preservación patrimonial, mientras componiendo estrategias de activación social (BARROS, 2018).

Palabras-clave: Centro histórico de Belém; Proyecto Circular Campina-Cidade Velha; Educación patrimonial; Preservación del patrimonio; Participación.

1 Introdução

Nossa ideia é defender a hipótese de que o Projeto Circular desenvolve diversas práticas relacionadas ao uso dos espaços patrimonializados. Um dos discursos que sustentam tais práticas relaciona-se à educação patrimonial, por esta caracterizar um diálogo entre comunidades e agentes

responsáveis por ações educativas. Assim, o discurso de educação patrimonial substancia os usos do patrimônio no espaço do Centro Histórico de Belém na efetivação do Projeto Circular.

Para tanto, dividiremos este artigo em dois momentos. O primeiro, o discurso de educação patrimonial como subsídio aos usos do espaço patrimonializado do Centro Histórico de Belém: construção discursiva do Fórum Circular. Que contempla o debate sobre as ações de educação patrimonial.

Sobre as ações, pretendemos nos debruçar com cuidado realizando um breve histórico de formação do conceito, trazendo à luz autores/as que discutem a temática vinculando-a de algum modo ao interesse urbano. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (FLORENCIO et al., 2014), a educação patrimonial consiste:

de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORENCIO et al., 2014, p. 19).

É nesse sentido que orienta Florêncio (2012): a Educação Patrimonial

deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. (FLORENCIO, 2012, p.24).

No contexto das lutas sociais, reconhecer a Educação Patrimonial como tal nos permite dar visibilidade às culturas marginalizadas – na modernidade ocidental pós- colonização – que são essenciais para estabelecer o diálogo em políticas públicas, por exemplo. Atualmente, ações educativas ocupam um lugar privilegiado nas discussões mundiais, a exemplo da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, organizada pela ONU, no âmbito da Conferência Geral da Unesco, de 1972. Refere-se, assim, ao aspecto ímpar da educação patrimonial: emancipar sujeitos para garantir a participação ativa do corpo social nos processos de tomada de decisão, tocando, também, a proteção e promoção do direito à memória e de sua materialidade por meio da conservação dos bens históricos patrimoniais.

Para Scifone (2012) as práticas educativas mais recentes vêm ganhando outros espaços que não os museais e ampliando sua atuação na cidade de

modo geral:

Ao focar as ações na cidade, é possível superar aquela visão de reificação dos objetos do passado, os monumentos e o patrimônio cultural. Reificação que retira estes objetos de seu contexto, o tecido social, isolando-os do conjunto dos processos sociais. Ao superar esta visão pontual trabalha-se, assim, **a Educação Patrimonial em sua dimensão política ampla, não se restringindo apenas aos bens tombados, mas preocupando-se com tudo aquilo que faz parte da memória social.** (SCIFONE, 2012, p. 30-31, grifos nossos).

Nessa perspectiva, e somada a outras pesquisas sobre o tema, observamos a importância da educação patrimonial no contexto da participação popular. Neste processo, as implicações concentram-se nos direitos sociais, uma vez a educação patrimonial enquanto instrumento de valorização do patrimônio histórico das cidades, e no âmbito das políticas públicas, visto que a educação patrimonial pode ser vista como mecanismo de partida à formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio ao passo que compõe estratégias de ativação social (BARROS, 2018).

O segundo momento, Fórum Circular como proposta de atuação participativa no planejamento de políticas públicas para a cidade, busca identificar no interior dos processos analisados as sutis inversões arranjadas a partir do consumo do discurso produzido pelo e no Fórum Circular, configurando, portanto, aberturas no que diz respeito à estrutura institucionalizada dos processos participativos e ao processo de produção do espaço. Primeiramente, problematizaremos a conexão do discurso de educação patrimonial produzido pelo Projeto com a espacialização das práticas realizadas pelos parceiros, evidenciando as forças na disputa pela tomada de decisão sobre o espaço patrimonializado.

2 O Fórum Circular e o ritual da participação

Criado em 2018, o Fórum Circular objetiva “promover o compartilhamento de experiências, reflexões e elaboração de proposições participativas voltadas para a valorização, requalificação e potencialização de usos e possibilidades do centro histórico de Belém e imediações” (PROJETO CIRCULAR, 2018). Após três edições do evento (duas presenciais e uma virtual), foi articulado o diálogo entre comunidade e as esferas municipal e federal de atuação política. Nosso intuito é apresentar a elaboração do evento a partir da argumentação de Bourdieu e Foucault sobre as manifestações das estruturas de um poder disciplinar, levando à compreensão da força herança tecnocrática, hegemônica e centralizadora do planejamento urbano e das formas pelas quais essa força ainda se manifesta no seio dos processos de tomada de decisão sobre o espaço urbano – principalmente aqueles que se pretendem democráticos. Pierre Bourdieu e o campo da comunicação nos ajudam a esclarecer alguns pontos importantes à nossa análise neste capítulo, tais como o papel ativo do sujeito, mesmo que ele tenda a reproduzir as estruturas sociais que o domina; o habitus na relação com a produção do espaço lefebvreana; e o discurso na relação permanente entre as estruturas e as autonomias

relativas ao sujeito.

O Fórum Circular busca reunir propostas emergenciais que viabilizam melhorias nos bairros Campina, Cidade Velha e Reduto. Para tanto, organiza mesas redondas, palestras e grupos de trabalho, com a participação de gestores, palestrantes convidados, parceiros culturais e acadêmicos, ambos ligados à atuação política, à gestão da cidade, questões urbanas e de planejamento, ao patrimônio cultural e áreas patrimonializadas.

Assim como o Projeto Circular, o Fórum também foi idealizado pela galerista Makikó Akao, tendo em vista o aniversário de cinco anos do Projeto. Pensado junto a integrantes do Projeto Circular, o Fórum surgiu como um espaço de revisão das atividades e de perspectivas futuras aos parceiros:

O objetivo do fórum é produzir indicativos e diretrizes para nortear um plano de reabilitação do centro histórico de Belém que possa ser viabilizado pelo poder público em todas as suas esferas com participação e envolvimento da sociedade civil. A partir de nossas e de outras experiências pretende-se provocar reflexão sobre a área de atuação do Circular que tenham como premissa a recuperação do patrimônio cultural com foco nas pessoas e por meio de processos democráticos. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018).

Formando articulações em rede de artistas, empreendedores culturais locais, gastronômicos e sociais, moradores, trabalhadores e frequentadores do centro histórico, o Fórum revela uma preocupação com o patrimônio cultural e social dessa área da cidade. Como resultados, a ideia é sistematizar um relatório com as principais demandas e propostas a ser divulgado e entregue às secretarias municipais federais, além de representantes da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores. O relatório é chamado de Carta-Manifesto e integra propostas de intervenção na cidade, especificamente no CHB.

A primeira edição do evento, em 2018, marcou a abertura do Projeto às iniciativas locais de apropriação do espaço patrimonializado, intensificando os diálogos entre as instituições, mas principalmente entre as pessoas que estudam, trabalham ou habitam os bairros Campina, Cidade Velha e Reduto. A programação incluiu apresentação das áreas tombadas do centro histórico, discussões e proposições sobre diretrizes sobre a preservação das áreas tombadas, palestras com temas sobre cidade, patrimônio cultural, turismo, participação e organização social, planejamento urbano, desenvolvimento local, recuperação e requalificação urbana, e parcerias público-privadas. Foram montados três grupos de trabalho: “Projeto Circular”, coordenado por Miguel Chikaoka – educador e fotógrafo, vinculado a Associação Fotoativa/Kamara Ko Fotografia; “Projeto Porto Futuro”, coordenado pela profa. Dra. Roberta Rodrigues – arquiteta e urbanista, vinculada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA; e “Projeto Desenvolve Belém – Centro Vivo”, coordenado pela profa. Dra.

Goretti Tavares, coordenadora do Projeto Roteiro Geo-Turístico, vinculada à Faculdade de Geografia da UFPA. Os grupos de trabalho têm o objetivo de reunir falas e debater ideias sobre uma temática, para então sistematizar na Carta-Manifesto as demandas e os entendimentos sobre os recortes temáticos.

Por meio da Lei de Incentivo à Cultura, o primeiro Fórum Circular teve apoio institucional da Imprensa Oficial do Estado (IOE), Grupo Princesa Louçã, Sol Informática; co-patrocínio da Rede Cultura de Comunicação, Iphan, UFPA; patrocínio do Banco da Amazônia; realização do Ministério da Cultura, Governo Federal, Associação Amigos de Belém, Projeto Circular.

O segundo Fórum Circular, ocorrido em 2019, no Museu de Arte Sacra (CHB), teve uma programação mais compacta que o anterior. As palestras tematizavam sobre a atuação e perspectivas do Projeto Circular nos anos 2018 e 2019, apresentação da Revista Circular, regularização de edificações da área tombada, projetos patrimoniais em Belém, e a experiência do “Projeto de Extensão Natal Desenhada” – desenvolvida em Natal-RN, vinculado ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os Grupos de Trabalho discutiram sobre o relacionamento entre as entidades municipais cujas atividades envolvem o tratamento com o patrimônio, em especial Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel), Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob) e Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan). Discutiram ainda sobre a otimização da mobilidade urbana no CHB e sobre o aprimoramento do plano de segurança pública. O evento também organizou duas oficinas, sendo “A experiência Circular e a potencialização de novas Redes Socioculturais locais”, realizada pela Equipe Circular, e “Roteiro Geo-Turístico: fundamentos teóricos e metodológicos – como construir e implementar?”, executada pelo Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (Ggeotur). Por fim, a programação dispôs de da apresentação cultural “Projeto Música nos Museus – Grupo de Música Antiga da Fundação Carlos Gomes” e inaugurou a exposição “Pele que Habito”, na Galeria Fidanza (Museu de Arte Sacra).

O terceiro Fórum Circular foi realizado de forma *on line*, com transmissão pelo Canal de YouTube do Circular. Os temas voltaram-se para feiras e mercados, formas de ocupar o centro por meio de programas de habitação social, e coletivos culturais. Formaram-se três Grupos de Trabalho: “Feiras e mercados”, coordenado pela Equipe Circular e profa. Celma Chaves, vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA; “Morar no Centro”, coordenado pela profa. Rose Nora, vinculada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, e pela Equipe Circular; “Coletivos Culturais: uma proposta para o centro histórico e vizinhança”, coordenado pela Equipe Circular e prof. Ângelo Madson, com participação de Flávio Nassar e Nani Tavares. Foi realizada uma oficina, intitulada “Patrimônio, direito à cidade, gênero e sexualidade: olhares latinoamericanos”, ministrada por Bruno Puccinelli – Dr. Em Ciências Sociais pela Unicamp. A programação finalizou com o lançamento do livro “Mapa do Afeto: memória

e identidade no bairro da Cidade Velha”.

No contexto em que se coloca o processo participativo do Fórum Circular, destaca-se a demanda da participação social na elaboração de projetos para a cidade. Segundo Dorotéia Lima, coordenadora do Fórum:

Trabalhamos a partir desse entendimento, do nome que até hoje é Cidadania, Sustentabilidade e Patrimônio – que a gente acha que ainda tá muito longe ainda dessas coisas todas, então a gente mantém isso. Aí a gente foi identificar algumas coisas: a experiência lá de Recife que é muito em cima da questão do polo de tecnologia, que é uma proposta bem diferente do que a gente costuma ver, eles acabaram atraindo várias empresas dessa área em que adquirem prédio, restauram, colocam, geram empregos, uma série de coisas que a gente queria conhecer melhor. Trouxemos a experiência também social de organização que foi lá de Portugal, que é do bairro da Moraria, que é a Associação do Moraria. E aqui do museu lá, do Museu da Favela do Rio, também que foi um processo de organização a partir da construção desse museu. E chamamos as pessoas responsáveis por esses projetos [desenvolvidos pela Administração pública de Belém], no caso veio uma pessoa pelo Ministério da Integração e CDP, que fizeram a apresentação sobre o [Projeto] Porto Futuro, e veio a pessoa da Prefeitura, da Codem, que estava responsável por esse projeto da Prefeitura [Projeto De-senvolve Belém – Centro Vivo], que foi falar sobre o projeto, mais especificamente das áreas que tinham relação com o centro histórico. Daí resultou nos grupos de trabalhos, que acabou sendo um só e num manifesto, um documento que a gente demandava maior participação social e se colocava à disposição pra isso. (Informação verbal).

A oportunidade de conhecer outras experiências, internas e externas à realidade de Belém, proporcionou ao Projeto Circular um salto que garantiu consistência e visibilidade às suas atividades.

A partir da linha do tempo que traçamos (apresentada no Quadro 1), constatamos que ao abrir para discussão pública em 2018, o Projeto Circular avança o processo participativo e cria um mecanismo de representação coletiva, o Conselho Consultivo.

Quadro 01 – Linha do tempo Projeto Circular, principais eventos.

2013	2017	2018	2019	2020
Início do Projeto Circular		1º Fórum Circular	2º Fórum Circular	3º Fórum Circular
Construção da Carta de Princípios	Mudança de coordenação, Tamara Saré assume	31º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria "Iniciativas de excelência no campo do Patrimônio Cultural Material"	Criação do Conselho Consultivo	Mudança de coordenação, Adelaide Oliveira assume
Atividades desenvolvida pelos parceiros			Edições 30ª à 34ª sendo realizadas on-line	

Fonte: BARROS, 2021.

Para a então coordenadora do Projeto, Tamara Saré, a criação do conselho surgiu da necessidade de organizar uma forma mais democrática de representação da sociedade civil, a respeito dos espaços culturais incorporados nas atividades do Projeto.

Saímos do patamar das edições, entramos na questão do relacionamento interinstitucional e representação de seguimento cultural e político, recebendo demandas da sociedade civil. Sentimos a necessidade de ter cabeças diversificadas e maduras, que possam responder pelo projeto, em muitas questões que equipe gestora, no seu dia a dia, não conseguiria pensar e viabilizar sozinha, de maneira tão sistêmica. Acho que vai ser um momento interessante, de compartilhamento de ideias, respaldo interno e externo. Nossa expectativa é que isso nos permita maior representatividade. É um patamar interessante e torcemos que o Conselho possa contribuir na medida de nossas expectativas. (PROJETO CIRCULAR, 2019).

Os sujeitos que compõem o Conselho Consultivo se dividem em quatro frentes: 1) Rede Circular Espaços Culturais, Mireille Freitas (Associação Fotoativa), Makiko Akao (Kamara Kó Galeria), Suplente: Vânia Bispo dos Santos (Espaço Valmir Bispo); 2) Rede Circular Ações, Maria Goretti Tavares (Roteiros Geo-Turísticos), Lucas Nassar (Laboratório da Cidade), Suplentes: Débora Rodrigues (Associação Amigos de Belém); 3) Rede Circular Representação Externa, Adelaide Oliveira (jornalista), Fábio Azambuja (produtor cultural), Suplentes: Milton Kanashiro (engenheiro florestal Embrapa); e 4) Membro permanente no Conselho na figura da coordenação do Projeto Circular.

Apesar do caráter democrático ressaltado pela criação do Conselho, observamos que os sujeitos escolhidos estão à frente de grupos institucionalizados ou representam uma categoria marcada pela fala especialista. Não incorporam representantes do setor comércio, de moradores do CHB, dos trabalhadores informais, da segurança pública, dos portos e das populações marginalizadas. Ainda que o conselho desenvolva discussões sobre o processo participativo, a disposição dos membros tende muito mais à um protocolo de participação, que cumpre a prerrogativa democrática, do que a intervenção popular no espaço capaz de alterar ou definir processos. Assim, acaba por prevalecer a perspectiva técnica e acadêmica, o espaço de discussão transforma-se em um lugar para ouvir opiniões discordantes ou não. É preciso questionar como foi definida a estrutura do Conselho Consultivo e do próprio Projeto Circular, quais são as barreiras que impedem o papel ativo do sujeito que habita o CHB e o que define, dentro do processo participativo, as possibilidades de tomada de decisão coletiva.

Para Fischer (2009), a democracia consolidada prevê que nem todas as decisões necessitam da participação, contudo, a decisão sobre quais decisões têm que passar pelo filtro da participação deve ser participativa. Embora esse argumento seja teórico – porque este espaço de análise depende da teoria –, sua afirmação prática conduz à um argumento político

de visibilidade aos sujeitos. No caso do Projeto Circular, percebemos que os enfrentamentos cotidianos dos sujeitos que pensam a estrutura do Projeto são amortizados pelos privilégios sociais, principalmente ligados à posição técnica e acadêmica que exercem.

A proposta apresentada pelo Fórum Circular já existia dentro do Congresso da Cidade, por exemplo, e avança ao trazer outra oportunidade de participação, que integra agora perspectivas patrimoniais para basilar o relacionamento interinstitucional. Mas esbarra na participação popular dessa relação, já que as contribuições à estrutura do Projeto e, por consequência, às propostas levadas à municipalidade são formuladas pela experiência concebida do espaço, antes da vivida. O papel ativo dos sujeitos no processo de participação deve ser garantido, mesmo que eles tendam a reproduzir as estruturais sociais que os dominam.

Dado o avanço do Projeto Circular, a definição da Carta de Princípios pontua a postura tomada pela equipe e pelos parceiros, a partir de justificativas técnicas elaboradas nas discussões públicas sobre o Projeto. Tem-se, então, a incorporação de propostas da população que participa do Fórum Circular, sendo elas divergentes ao não da perspectiva do Projeto. A observação dos documentos e das falas elaboradas pelo Projeto Circular, enquanto representação do contexto sociocultural que abrange o processo participativo, percebemos a força do discurso técnico sobre os sentidos por ele produzidos e sobre os papéis assumidos pelos sujeitos envolvidos.

O Fórum Circular surge da apropriação do espaço, sendo material, concreta e discursiva. No primeiro caso, equipamentos urbanos públicos e privados são ativados como recursos espaciais às práticas e relações circunscritas. Essa postura consolida na produção do espaço uma característica própria do processo de apropriação: autonomia sobre o uso e o consumo de bens, símbolos, equipamentos urbanos, estruturas políticas e discursivas, bem como a reelaboração dessas. O que ocorre não é simplesmente o uso dos objetos espaciais, mas uma mudança significativa na lógica de apropriação, transformando o sentido dos objetos patrimonializados e da prática patrimonial, tornando-os outra coisa.

No segundo caso, identificamos a ideia de patrimônio associado à continuidade, um exercício de olhar o patrimônio a partir das possibilidades futuras. O discurso amplamente difundido de que as políticas públicas recorrem ao patrimônio apenas sob a ótica do passado, é uma estratégia de engessamento das práticas subjetivas, não das práticas institucionais. Mesmo as políticas públicas mais vis de gentrificação e segregação socioespacial, encaram o patrimônio como um recurso a ser monetizado, isto é, a valorização do passado atua para produzir excedente de capital absorvido como lucro. O Fórum Circular tematiza sobre as possibilidades de acionar o patrimônio cultural desde o cotidiano do CHB até políticas públicas participativas. Entendemos que é na apropriação concreta do espaço que os símbolos, a arquitetura, a arte e as pessoas são construídas, por se dá primeiro sobre uma base territorial estabelecida historicamente.

No terceiro caso, podemos definir a apropriação discursiva do espaço

em três frentes: legitimação, deslegitimação e distinção. Legitimação diz respeito à prática do Estado. Pela característica institucional e pela proximidade com entidades do Estado, o Fórum Circular abre possibilidades de intervenções culturais legitimadas pelo (i) discurso técnico e pelas (ii) parcerias entre o Projeto Circular e as instâncias municipal, estadual e União. À medida que se argumenta considerar a participação popular na formulação de seus documentos – seja por entender-se como um movimento da sociedade civil ou por incorporando representantes de movimentos sociais em suas discussões –, todas as práticas desenvolvidas pelo Projeto Circular podem ser consideradas coletivas. Vale ressaltar que essa é uma leitura que pondera apenas a perspectiva da legitimação, todavia não é única que pode ser feita. Chegamos, então, à deslegitimação.

Bem como o patrimônio é uma escolha política, ideológica e metodológica de se narrar os eventos históricos, o apagamento de objetos, sujeitos ou informações é também uma escolha. A retórica da legitimação de práticas por parte do discurso institucional é a deslegitimação por aqueles as consideram opressivas. Já que ambos os casos compreendem relações de poder, a legitimidade das práticas discursivas é tão quanto sua deslegitimação. Como já vimos, o Projeto Circular não incorpora em seus espaços de decisão sujeitos diretamente interessados no CHB, a exemplo dos trabalhadores ligados ao comércio. Isso pode levar à deslegitimação das atividades e dos documentos elaborados pelo Projeto no que tange o aspecto participativo de sua construção.

Outra frente que podemos definir a apropriação discursiva do espaço é a distinção. Essa definição envolve as formas simbólicas de expressão que delineiam uma identidade coletiva. Práticas patrimoniais tratam sobretudo de garantir a memória histórica de uma coletividade, não se restringe à cultura, mas pode ser ativada como política, oficial ou contra-oficial. A apropriação discursiva pela distinção tem a capacidade de produzir uma identidade distinta, cujo anseio político marca as intervenções espaciais (simbólicas e/ou materiais). Por conta do processo de patrimonialização, o CHB é um espaço onde as relações cotidianas vão além da proximidade geográfica, as relações de vizinhança, parceria e colaboração são acompanhadas de demandas patrimoniais e identitária. Isto é, qualquer recorte político, oficial ou não, afeta as relações sociais em níveis muito profundo. Silva e Amaral (2019), por exemplo, afirmam:

a intervenção urbana executada a partir do 'Projeto Feliz Luzitânia' instaurou um ordem de tais níveis, segregando dentro da unidade que queriam produzir discursivamente; para que fosse possível justificar um restaurante altamente segregador, de alto padrão de consumo, e que se constitui numa negação de uso e de identidade com o território, há uma grande quantidade de museus, os monumentos tornam-se expositores de 'cultura' e da 'educação' oficial suturando a identidade; e para que houvesse abertura para todos os 'públicos', deixa-se uma área entre o público e o privado, de camuflado 'livre acesso' e altamente controlado-vigiada, a área externa. (SILVA; AMARAL, 2019, p. 46).

Como exemplo à essa forma de apropriação, chamamos atenção para o que o Projeto nomeou de “Ser Circular”:

O Ser Circular foi desenhado ao longo de alguns encontros realizados aos sábados, entre novembro de 2018 e janeiro e fevereiro deste ano [2019], no Fórum Landi. O Mapa apontou para quatro eixos de atuação. No eixo de **Valores** está a cidadania, inclusão social e diversidade. No **Afeto**, uma rede de parceiros que agrega amor, diálogo, interesse pela memória e o sentimento de pertencimento. E no eixo de **Sustentabilidade**, a busca pela permanência do Ser Circular, em seu Território de atuação e protagonismo. Morador do bairro da Campina e parceiro do projeto por meio da Fotoativa, o fotógrafo e educador Miguel Chikaoka coordenou as dinâmicas, que tiveram objetivo de compartilhar com os moradores dos bairros históricos e outras pessoas interessadas, a essência do projeto Circular. (REVISTA CIRCULAR, 2019, p. 3. grifo nosso).

Nesse sentido, “Ser Circular” é uma construção discursiva produzida por pessoas que possuem interesse e disponibilidade de pensar as relações travadas no CHB observando os usos individuais e coletivos do espaço patrimonializado. O discurso consolida a relação da comunidade com a identidade patrimonial fundamentalmente compartilhada. Ao propor a construção coletiva das ideias que contornam o CHB, constrói uma interpretação discursiva que age em nome do próprio centro histórico.

Bhabha (1998), tece reflexões sobre o discurso nacionalista e podemos extrapolar a essência dessas reflexões para ler o movimento de apropriação discursiva empregado pelo Projeto Circular. Segundo o autor:

De certa forma e em oposição a certeza histórica e a natureza estável desse termo [nacionalismo] que procuro escrever sobre a nação ocidental como uma forma obscura e oblíqua de viver a localidade da cultura. Essa *localidade* está mais *em torno* da temporalidade do que *sobre* a historicidade: uma forma de vida que é mais complexa que “comunidade”, mais simbólica que “sociedade”, mais conotativa que “país”, menos patriótica que *patrie*, mais retórica que a razão de Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que “o sujeito”, mais psíquica do que a civilidade, mais híbrida na articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social. (BHABHA, 1998, p. 199).

Essa reflexão nos aponta que a construção discursiva do Projeto Circular – e por consequência, do Fórum Circular – pode representar uma unidade “invisível” que permite explicar a potência das práticas desenvolvidas pelo Projeto. Por exemplo, ao constituir um conjunto de representações coletivas, como grupos de trabalho, eventos, palestras etc., formulam posicionamentos legítimos e não legítimos, concomitantemente, já que toda

formação discursiva é heterogênea em si mesma (MAINGUENEAU, 2015).

Um dos discursos promovidos pelo Fórum Circular diz respeito à educação patrimonial: suas práticas elaboram um diálogo entre comunidade e sujeitos institucionais, ambos responsáveis por ações educativas no CHB.

O discurso de Educação Patrimonial é empregado pelo Projeto no contexto sócio-participativo praticado pela sociedade civil que pontua o não controle da iniciativa política do Estado. Desse modo, as intervenções simbólicas e materiais no CHB revela o exercício da cidadania que percebe o espaço e articula nele o direito ao uso e apropriação do patrimônio cultural. O exercício da cidadania é marcado pela gestão democrático do espaço, segundo Leal (2003)

O ideário da gestão democrática das cidades, que antes recaía unicamente sobre o papel dos setores populares e de suas organizações como canal de interlocução com o poder público local, passa também a ter como premissa a inclusão dos agentes econômicos, incorporando-se às idéias de cooperação, negociação e parceria. (LEAL, 2003, p. 67).

Essas ideias estão presentes nas atividades do Projeto Circular quando o uso e apropriação do espaço se dão de forma deliberada e mediada. Vimos ao longo da pesquisa que todas os parceiros estão submetidos aos princípios formulados pela equipe gestora do Projeto, mesmo aqueles com independência institucional (a exemplo do SIM e dos grupos vinculados à Universidade). Essa condição cria um contexto em que a Educação Patrimonial exercita e capacita uma forma de participação. No nosso caso, a participação de sujeitos heterogêneos na construção do Projeto Circular, por meio das atividades categorizadas, constitui uma forma de educação patrimonial. Entendemos que essa forma não foge do conceito de educação patrimonial trazido nesta pesquisa, pelo contrário, amplia as discussões sobre o tema.

De modo análogo enxergamos o discurso de educação patrimonial produzido pelo Projeto: na medida em que cada parceiro é estimulado a desenvolver temáticas educacionais em suas atividades, o uso do espaço patrimonializado é substanciado pela abordagem patrimonial. As atividades se especializam no CHB e toda área de abrangência do Projeto Circular efetua pela menos uma atividade de educação patrimonial. A figura 1 a seguir nos ajuda a visualizar a dimensão desse discurso.

Já dissemos que o discurso de educação patrimonial serve, em primeira linha, para garantir o direito à identidade. Agora podemos identificar, a partir da cartografia apresentada, esse discurso na relação permanente entre as estruturas e as autonomias relativas ao sujeito. No nível das demandas participativas, os parceiros criam espaços simbólicos de participação, que estreitam a relação entre os sujeitos e o patrimônio por pulverizar em categorias de atuação os acessos ao espaço patrimonializado. São

espaços simbólicos por caracterizar o encontro entre a realidade material e a experiência criativa do sujeito, e reside, portanto, na dimensão vivida do espaço, “donde se profundiza en la búsqueda de nuevas posibilidades de la realidad espacial” (LEFEBVRE, 2013, p. 16).

Figura 1: Atividades do Projeto Circular relacionadas ao discurso de Educação Patrimonial – Belém/PA.



Fonte: BARROS, 2021.

A heterogeneidade das atividades reforça a capacidade mobilizadora do discurso de educação patrimonial. As atividades do Projeto Circular dividem-se em 6 categorias: Ações; Ateliês, Galerias e Museus; Coletivos; Comes e Bebes; Espaços Culturais; Música e Comunicação. Das seis categorias, cinco envolvem parceiros que desempenham atividades ligadas à educação patrimonial, como apresenta o mapa 1. Somente na categoria “Música e Comunicação” não identificamos parceiros que desenvolvem atividades educativas, entretanto a temática patrimonial está relacionada à música enquanto patrimônio cultural. A escolha dessas atividades se deu a partir da análise empírica e conceitual elaborada nos trabalhos de campo realizados em 2019.

Na categoria “Ateliês, Galerias e Museus” enquadram-se todos os espaços gerenciados pelo SIM – sendo Museu do Círio, Museu de Arte Sacra (MAS), Museus Casa das onze Janelas (COJAN), Museu do Forte do Presépio, Museu do estado do Pará (MEP). Na categoria “Coletivos”, as atividades do Coletivo Aparelho como protagonistas no discurso de educação patrimonial ao relacionar arte e cidadania no uso do espaço patrimonializado. Na categoria “Comes e Bebes”, o restaurante Iacitá

reúne educação patrimonial, economia criativa, sustentabilidade e agroecologia sob a ótica da cultura alimentar amazônica. Por fim, na categoria “Espaços Culturais” identificamos o maior número de parceiros ativados pelo discurso de educação patrimonial, sendo Arquivo Público do Estado do Pará, Centro de Cultura e Turismo SESC Ver-O-Peso, Associação Fotoativa, Centro Cultural da Justiça Eleitoral, Centro de Memória da Amazônia, Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), e Centro Cultural Do Carmo.

Ao todo são 13 parceiros, entre projetos e espaços, que especializam o discurso de educação patrimonial por meio do uso direcionado do espaço urbano. Entendemos que esse discurso substancia os usos do espaço patrimonializado no CHB por potencializar a apropriação do espaço. Ao substanciar as atividades, a prática discursiva autoriza àqueles que concebem a produção espacial, isto é, sujeitos institucionais, como o Projeto Circular, que pensam sobre e a partir do espaço, usos próprios da relação sociedade-espaço, identidade-patrimônio, educação patrimonial-participação popular. Apoiado em recursos técnicos e linguísticos (texto, imagem e vídeo), o Projeto Circular tem a capacidade de legitimar formas de uso, ao mesmo tempo que essas formas têm a força de deslegitimar a atuação do Projeto. Por ser uma leitura dialética do espaço e por considerar, sobretudo, subjetividades decoloniais, o uso e apropriação que tomamos aqui encontra-se na abstração do espaço. São produto da produção coletiva do espaço, desarmônica e conflituosa. Lefebvre (1969) cita Marx, em Contribuição à crítica da economia política, para ressaltar que “Toda producción es apropiación de la naturaleza por el individuo, en el interior y por medio de una forma social” (LEFEBVRE, 1969, p. 172). Partiremos agora para fase final da pesquisa, onde consideramos como forma social a atuação participativa no planejamento de políticas públicas para a cidade.

3 Fórum Circular como proposta de atuação participativa no planejamento de políticas públicas para a cidade

Para além da construção discursiva do Fórum Circular, é importante observar a atuação participativa do evento no planejamento de políticas públicas para a cidade realizadas por meio dos documentos orientados pelo Projeto Circular. Destaca-se o discurso participativo aliado ao discurso técnico, formando uma unidade de disputa pela cidade. Somados, a apropriação do espaço por meio da construção discursiva sobre a participação e o uso democrático do patrimônio, bem como a postura institucional assumida pelo Projeto, relacionada a uma carência na atenção aos fóruns e organizações participativas, aparenta indicar que esses discursos isolados não dão conta das demandas patrimoniais no contexto da produção do espaço urbano. São indicativos de que o debate em torno da temática patrimonial e da participação tem-se estabelecido como um potente meio de crítica à legitimidade dos processos decisórios relacionados ao urbano.

A disputa pela cidade tem sido encarada pelos processos participativos, como vimos ao longo da pesquisa, pela via da apropriação do espaço para a manutenção interesses, ideias e desejos e através do consumo dos recursos simbólicos que sustentam os discursos técnico e participativo em defesa da concepção do espaço urbano. As políticas postas em prática assumem o lugar da autonomia, da tecnicidade e da intervenção democrática no espaço, enquanto que as demandas não atendidas defendem um ponto de vista mais participativo e aberto a outras interpretações técnicas.

Nesse interim, é necessário reconhecer nas práticas participativas do Fórum Circular, por mais pró-forma que sejam, que a mediação entre a burocracia institucional e as práticas pelos parceiros desenvolvidas tem um papel substancial na construção de uma consciência democrática em Belém. Entretanto, a existência de múltiplos sujeitos sociais nos mecanismos de gestão não garante o real poder de decisão e de controle por parte da sociedade, por justamente serem compostos por experiências fragmentadas do espaço.

No que tange aos avanços obtidos a partir do diálogo entre comunidade e Estado, a coordenadora pontua as diferenças nas cartas manifesto:

A primeira [carta manifesto] foi participação social, a segunda foi um projeto integrado, um projeto de intervenção integrado, e um plano de gestão integrado entre União, Estado, Município e sociedade civil. E essa a gente conseguiu trazer (...) todas as instituições *pra* participarem, fazerem a carta, e que assumiram o compromisso de nos seus planejamentos incluírem aqueles pontos que foram levantados ali no Fórum. Agora a gente precisa fazer o acompanhamento disso, o que que avançou nesse sentido, avançou alguma coisa nesse sentido, né. E nesse terceiro ano, que a gente meio que improvisou por conta da pandemia e já estávamos achando que nem ia acontecer (...). Então dessa vez a gente não tinha um tema, a gente pegou três temas e dividiu nos grupos de trabalho e nas mesas, nas conversas, e os resultados também foram interessantes. Mas como a gente considera que são indicativos, propostas básicas, que devem ser levadas às discussões mais amplas. Então, assim, agora nesse último Fórum a gente *tá* querendo, nessa edição [on-line do Circular] que vai ter no outro final de semana, trazer os resultados dos grupos de trabalho (...), fazer uma mesa com os mediadores pra eles falarem um pouco disso e estamos tentando conversar com o prefeito eleito aí *pra* ver se ele participa, né, e se isso vira mais um bate-papo em termos de se avaliar perspectivas de como incorporar isso, enfim uma conversa. (Informação verbal).

A atenção aos temas trazidos à discussão nos grupos de trabalho e nas mesas evidencia uma preocupação com o processo participativo vinculado ao Projeto Circular, levando em consideração tanto percepções dos participantes quanto da própria equipe que pensa o Projeto, não deixando dúvidas de que as propostas levadas às instituições decorrem do processo participativo. Todavia, os sujeitos que participam dessas discussões não

refletem a diversidade daqueles que estão no CHB.

Da Carta de Princípios à carta manifesto, passando pela publicação digital da revista, o Fórum Circular estimula práticas que são assimiladas no cotidiano do centro histórico, cujo foco reside nos usos do espaço, sejam eles de natureza mercadológica ou cultural. Nossa argumentação encara o binômio produção-consumo do espaço como discurso-leitura do espaço. A leitura dos textos, imagens e práticas produzidas pelo Projeto Circular captura uma forma de consumir o espaço: que parte do caminhar no CHB e alcança o habitar nele. Esse movimento é adotado por políticas públicas, que ocorrem em uma das pontas de acordo com os interesses institucionais e políticos; por turistas, constituindo o *voyeur* operado no caminhar na cidade; por pessoas em situação de rua, quando o mimetismo social camufla suas formas de habitar; por trabalhadores, que criam percursos próprios no CHB entre o local de trabalho e a casa; por artistas, ao performar o espaço concebido; por moradores, cujo sentido de habitar o centro acha-se na própria experiência cotidiana. Ao capturar essa forma de consumo do espaço, e organizá-la numa estrutura sistêmica de ações, o Projeto opera uma produção silenciosa do CHB, que caracterizamos como uma metamorfose discursiva do espaço pelo sujeito que o lê. Isto é, o Projeto Circular organiza sujeitos, falas, imagens, percursos, memórias e práticas num espaço e num tempo controlado pela leitura do próprio Projeto sobre o espaço. Nesse caso, o sujeito pode ser um indivíduo, uma organização civil ou uma instituição. Essa metamorfose torna-se o discurso habitável, ao modo como se dá a apropriação do espaço. Ela transforma o olhar do outro em um lugar comum, emprestado por instantes, por um terceiro. Este, por sua vez, adiciona mais um ponto na trajetória de apropriações, consolidando uma rede de apropriação do espaço heterônoma ao Projeto Circular. No limite, o conjunto de normativas do Projeto não impõem modos de operação, apenas regulamenta os já existentes, os modos não admitidos pelo Projeto Circular não são por ele responsabilizados, ainda que existam e que façam parte da produção do espaço de maneira geral.

A prática espacial é uma das potências sociais de reprodução do espaço que permite múltiplas manifestações e arranjos na relação sociedade-espaço por incluir a dimensão vivida do sujeito. Para Lefebvre (2013):

Para la “experiencia vivida” el espacio no es un simple “marco”, comparable al marco de una pintura, ni una forma o continente neutrales, cuyo destino no fuera otro sino recibir simplemente todo aquello que pudiera verterse sobre él. El espacio es la morfología social; en ese sentido, el espacio es a lo “vivido” lo que al organismo vivo es su propia forma, íntimamente ligada a las funciones y estructuras. (LEFEBVRE, 2013, p. 149).

A produção operada pelo Projeto Circular, que chamamos de metamorfose discursiva do espaço, refere-se em especial às práticas. Por isso esta pesquisa se dedica aos usos do espaço, destacando os discursos

produzidos por sujeitos cuja prática espacial considera o consumo do espaço. Por exemplo, no Projeto Circular atividades da categoria “Ações” são, em sua maioria, desenvolvidas por parceiros sem sede física nos bairros onde ocorrem as atividades e todos os parceiros são entidades institucionalizadas. A área de abrangência dessas atividades sobrepõe os limites federal e municipal do CHB e entorno e avançam para o bairro Umarizal, que está fora da área de abrangência do Projeto Circular. Os interesses das “ações” tematizam entre educação patrimonial e turismo (Roteiros Geo-Turísticos), educação ambiental (Projeto Verde Cidadão), dinâmicas sociais urbanas (Laboratório da Cidade), arte e cotidiano urbano (Grupo de Desenho Urbano USK BELÉM), saúde e direitos humanos (Comitê Arte pela Vida), esporte e cidadania (Coletivo Pedal Corujão).

Escolhemos os parceiros sem sede física na área de abrangência do Projeto Circular (figura 2) por esses experimentarem o CHB primeiro pela perspectiva concebida do espaço, já que suas atividades são pré-definidas e modificadas quando ou se o espaço apresenta algum obstáculo que dificulta a execução das atividades.

Figura 2 – Mapa dos parceiros sem sede física na área de abrangência do Projeto Circular – Belém/PA.



Fonte: BARROS, 2021.

As “ações” são leituras do espaço. Cada abordagem imprime no espaço uma perspectiva social, política, ideológica, cultural e patrimonial vinculada a um senso de participação produzido pelo (i) exercício de apropriação do

espaço e pelo (ii) reconhecimento de si nas formas urbanas. A apropriação se dá pelo discurso, que pode ser legítimo, quando considera a participação popular na concepção das práticas, e mutilado, quando a participação popular é figurativa. Como indica Certeau (2013): “Constata-se, nos discursos, o retorno sub-reptício de uma retórica metaforizada dos ‘campos próprios’ da análise científica e, nos gabinetes de estudos, uma distância crescente das práticas efetivas e cotidianas (...)” (CERTEAU, 2013, p. 50). O reconhecimento reside no íntimo do processo participativo, isto é, fazer parte da produção social, política, ideológica, cultural e patrimonial fundamenta o consumo do espaço – que parte do caminhar e alcança o habitar. Isso não podemos perder de vista.

Embora a perspectiva concebida do espaço origine as “Ações” destacadas no mapa 2, a dimensão percebida do espaço é considerada a partir do momento em que as atividades iniciadas. O espaço possui uma realidade matéria que garante a produção concreta das relações sociais, ao mesmo tempo em que produz as relações sociais. Portanto, a multiplicidade da relação sociedade-espaço evocada por Lefebvre (1969), segundo uma leitura dialética, nos permite entender como e porque as atividades dos parceiros são modificadas ao longo de sua efetivação. O espaço – e por consequência, tudo que nele ocorre – só pode ser apreendido dialeticamente, pois consiste numa abstração concreta da realidade.

Desse modo, os usos motivados pelo discurso do Projeto Circular promovem outros usos do CHB quando a abstração concreta deste recorte espacial (e temporal) é simultaneamente um meio das ações sociais e um produto dessas ações. Para Lefebvre (1969), compreender o espaço parte da compreensão de como ele é produzido enquanto abstração concreta múltipla:

En un producto cualquiera, incluso insignificante (esta mesa, este martillo, este árbol en el jardín) el aspecto subjetivo y el aspecto objetivo, la actividad y la cosa están íntimamente ligados. [...] Todo producto – todo objeto – está así en un sentido vuelto hacia la naturaleza, en otro sentido vuelto hacia el hombre. **Es concreto y abstracto.** Es concreto en tanto tiene una materia dada. Es aún concreto al entrar en nuestra actividad, resistiéndola y obedeciéndola sin embargo. Es abstracto por sus contornos definidos y mensurables, y también porque puede entrar en una existencia social, ser un objeto entre otros objetos similares y convertirse en el soporte de toda una serie de relaciones nuevas que se agregarán a su materialidad (en el lenguaje, o aun en la evolución social cuantitativa, en tanto que mercancía). (LEFEBVRE, 1969, p. 131, grifo nosso).

Dessa maneira, o espaço tem propriedade de concretizado por um processo social, no nosso caso, o Fórum Circular estimula a produção racionalizada da apropriação discursiva do espaço. A partir dos debates no evento, foi formulado um grupo de “ações emergenciais”, que segundo Dorotéia Lima, reúne representação dos bairros Campina e Cidade Velha,

bem como colaboradores da Universidade:

(...) Fizemos uma proposta para aquele eixo Siqueira Mendes, aquela primeira rua, que seria pra fazer uma intervenção ali desde a praça da Sé até a Tamandaré, e a proposta era o envolvimento da comunidade, apropriação de terrenos vazios, chamar aquele pessoal dos portos pra abrir espaços pra pequenos comércios dentro daquela área dos portos, melhorar os portos, enfim. Mas a gente fez um esboço dessa proposta, levou na Codem, “mas a proposta foi abandonada por falta de recursos”. (...) Num segundo momento, a gente trabalhou com o que a gente chama de *morar no centro* ou *habitar o centro*, uma proposta de programa habitacional *pra* essas áreas. E essa proposta a gente levou, apresentou *pra* secretária de cultura e ela se interessou, achou que era viável e colocou a gente em contato com o setor dela de patrimônio, o departamento de patrimônio, e também com a Cohab e se dispôs a iniciar uma conversa com o Banpará, no sentido do Banpará vim a trabalhar com financiamentos pra habitação, pra reforma. (...) A nossa ideia era assim: que houvesse um plano habitacional numa integração Estado-município-lphan, a partir de uma experiência que o lphan já teve em vários lugares – inclusive aqui pelo [Projeto] Monumenta –, só que a gente ofereceria um cardápio bem diversificado que ia desde o cheque-moradia, que hoje existe e que trabalha com vulnerabilidade social (...) Aí propusemos um cheque que a gente chamou, provisoriamente, de chequeopatrimônio que seria também *pras* pessoas que não tem condições e precisam de uma intervenção emergencial – problemas elétrico, de estrutura, alguma coisa assim – isso aí teria que ser definido um valor mínimo (...). Fizemos um esboço de uma proposta que era *pra* ser levada *pra* esses órgãos, estudada, ver se é viável e daí se fosse viável, abrir uma discussão maior com a comunidade. (Informação verbal).

A oportunidade de intervenções coletivas no CHB é evidente na fala da coordenadora, principalmente aquelas vinculadas às demandas cotidianas dos moradores e trabalhadores da área. A experiência no centro histórico e a familiaridade com os constrangimentos urbanos são mecanismos de poder capazes de realizar-se junto aos processos de decisão. Não somente por autorizar que um grupo admita uma posição de destaque, como também por reforçar a importância da participação na diminuição de desigualdades entre os interlocutores. Nesse sentido o Fórum Circular se aproxima do ideário participativo ao exigir relações sociais, demandas objetivas e subjetivas, práticas discursivas de uso e apropriação do espaço patrimonializado. E se distancia, contudo, quando não há igualdade de falas, poder e representatividade na determinação de decisões.

Quanto a formulação da programação do evento, a coordenadora coloca perspectivas mais integradoras:

A minha proposta para o Fórum Circular é que para o ano [que vem] a gente abra *pra* propostas de programação, entende? Faça um edital pedindo *pras* pessoas se inscreverem no Fórum, porque assim... não é legal... por exemplo, esse ano eu já diversifiquei um pouco, eu falei assim “não, nós vamos chamar as pessoas das mesas e dizer o tema

que a gente quer, mas elas vão montar as mesas, vão organizar, né e a gente vai dialogando no sentido *pra* não perder a linha com o Circular, com os interesses do Circular, mas elas vão chamar as pessoas que elas quiserem, vão convidar, vão conduzir os grupos de trabalho. ” Então esse ano a gente já adotou, que ano passado a gente montou todas as mesas e só chamou as pessoas *pra* mediar, convidou *pra* mediar. Esse ano já deixamos cada um organizar sua mesa e tal. E para o ano [que vem] eu tô fazendo essa proposta, que a gente pense num edital e diga quais são... vai ter mesa, então fazer proposta *pra* mesa, vai ter sei lá, pensar outras coisas. (Informação verbal).

Isso representa o constante desenvolvimento do Fórum em buscar meios genuinamente participativos, que envolvam sujeitos de diferentes setores, não somente os que mantém relação de proximidade com os desenvolvedores do evento. Contudo, esse mecanismo precisa ser colocado à prova, legitimado ou deslegitimado pelos sujeitos para que o domínio do ideário democrático não seja uma armadilha semântica.

Para Santos (2005) cada época tem a capacidade de modificar formal e substancialmente objetos e ações:

Hoje, objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais. (SANTOS, 2005, p. 146).

Vale pontuar que a edição do ano 2020, que ocorreu de forma on-line, aponta algumas perspectivas para o futuro. Segundo, em entrevista, Adelaide Oliveira, jornalista e atual coordenadora do Projeto Circular,

Foi uma organização desde o início completamente digital, 100% digital. Então a gente já sabia que o evento seria 100% digital, não se cogitou em nenhum momento que ele fosse presencial, porque não tinha como. Normalmente o Fórum acontece no finalzinho do ano e ainda tinham alguns números muito intensos, *né*, assim ainda tinha a história da pandemia que ainda continua, em dezembro ela também *tava* muito intensa, tinha sempre uma preocupação com as festas de final de ano, e *aí* a gente não cogitou em momento algum que fosse presencial. “*Vamo* fazer 100% *on-line!*”. A gente tinha feito um evento antes, dois meses antes, que tinha sido on-line, que tinha sido bom, e a gente achava que isso seria bem interessante também, então se manteve, como toda a programação do Circular 2020, se manteve o Fórum *on-line*. (Informação verbal).

A pandemia do novo Coronavírus afetou consideravelmente a forma como o evento se dava, já que a interação com os espaços patrimonializados e com as pessoas que habitam o CHB é indispensável

para o diálogo proposto. A programação online limita a participação das pessoas por conta da disparidade de acesso à internet existente no contexto amazônico, por mais que o deslocamento aos locais de discussão seja atravessado pelos constrangimentos urbanos, como custo de transporte e tempo de locomoção, a quantidade de pessoas presentes nos eventos presenciais era maior do que no evento on-line. Segundo a coordenadora, é inevitável que o evento on-line tenha outros direcionamentos,

Ao mesmo tempo que você acaba trazendo pessoas *pra* participarem, *pra* assistirem, *pra* se inscreverem nos grupos de trabalho, que talvez não tivessem tempo se isso fosse presencial, então acaba sendo inevitável que tenha um outro público. Eu não digo que amplia muito o público, mas você acaba trazendo outras pessoas. E algumas pessoas que já não tem toda essa intimidade com o mundo digital, mas elas com certeza estaria, se nós fizéssemos o evento presencial, elas acabam não participando de toda a programação, elas escolhem, por exemplo, só a mesa de abertura ou participam rapidamente de um grupo. Elas acabam... elas não têm esse costume. E *aí* lembrando que o Fórum aconteceu em dezembro, então a gente já tinha *aí* acho que uns 9 meses de pandemia, algumas pessoas também já estavam um pouco cansadas de evento *on-line*, né, (...) outras já estão querendo voltar pra vida presencial como se nada tivesse acontecendo – que era completamente impossível. Então, como eu percebi a participação? Eu acho que foi uma boa participação, já que a gente teve essa modelagem 100% digital, então eu acredito que foi boa. Ela não é, por exemplo, muito numerosa, mas ela é extremamente participativa. (Informação verbal).

Vale também abrir um pequeno espaço aqui para falarmos de como se deram as edições 30^a e 31^a do Projeto Circular durante a pandemia do novo coronavírus. Ocorreram em 5 de abril e 7 de junho de 2020, respectivamente, ambas tiveram duração de 12h com programações que alternavam a participação dos parceiros nas plataformas digitais do Projeto Circular, sendo *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. A programação contou com *lives* sobre diversas temáticas, dentre elas estavam patrimônio cultural, memória, redes criativas, economia criativa, apresentação teatral e musical, e conversas sobre ações educativas na cidade. Ocorreu uma “feira online” com parceiros que desenvolvem atividades ligadas à comercialização de produtos. Os parceiros organizaram programações específicas para as plataformas digitais, a exemplo de amostras de filmes e tour virtual por espaços museais. Após as edições, o Projeto passou a divulgar conteúdos semanais sobre cultura alimentar, arquitetura, saúde, arte, história e direito à cidade.

Segundo Adelaide Oliveira, a edição do Fórum Circular para 2021 foi realizada no final do mesmo ano, mesclando as modalidades presencial e virtual, de acordo com o calendário de imunização municipal e estadual.

A gente ainda não sentou *pra* pensar os detalhes do Fórum, mas eu acredito que esse ano a gente vai conseguir ter sim pelo menos que a

metade do Fórum seja presencial, até porque ele deve acontecer no final do ano, até lá eu imagino que a vacinação, de imunização, já avançou e *aí* é possível que a gente o realize pelo menos parcialmente presencial. É isso que eu *tô* apostando. Isso não quer dizer, por exemplo, que você não possa ter algum convidado que dê uma palestra, que faça uma intervenção digitalmente, porque a gente viu que é possível. Agora absolutamente nada substitui o encontro, o abraçar, aquela conversa na hora do café, na hora do intervalo entre uma mesa e outra, isso o digital não tem e nunca terá, então isso faz muita falta não só *pro* Fórum como *pra* toda a programação. (Informação verbal).

Notamos que o potencial criativo de apropriação do patrimônio cultural de Belém é ativado pelo Projeto numa situação em que as ruas da cidade não puderam receber as atividades por conta da política de isolamento social, instaurada pelo Governo Estadual como uma medida eficaz de conter a transmissão da Covid-19. Nesta pesquisa, optamos por não nos aprofundar nas discussões sobre as implicações da pandemia, pelo tempo recente em que se encontram as discussões, além da instabilidade social e política instaurada durante o momento pandêmico. A alternativa de continuar as atividades no meio virtual se mostrou uma forma de garantir a continuidade do Projeto Circular ao mesmo tempo em que este amplia suas áreas de atuação, isso nos mostra que as novas formas de apropriação do espaço patrimonializado também têm força quando o discurso é deslocado do espaço físico ao qual se refere.

Podemos afirmar que o Projeto Circular atua na produção de novas formas de apropriação do espaço patrimonializado quando compreende práticas subordinadas aos princípios do Projeto; cria usos novos por meio da apropriação discursiva do espaço vinculada à educação patrimonial; por fim, podemos analisar o Fórum Circular como uma proposta participativa às políticas públicas no centro histórico de Belém por trazer à luz a participação como vivência e experiência do espaço.

4 Considerações finais

Este artigo tratou da construção do Fórum Circular a partir da perspectiva teórica de participação popular, em que buscou-se explorar como são discutidos no Fórum Circular e os usos do espaço efetivados pelas ações desenvolvidas durante o Projeto Circular Campina-Cidade Velha (PC). Buscou-se por fim identificar as práticas relacionadas à educação patrimonial desenvolvida pelo Projeto e teceu-se uma análise discursiva destas.

Entende-se que o PC desenvolve diversas práticas relacionadas ao uso dos espaços patrimonializados, sendo que um dos discursos que sustentam tais práticas relaciona-se à educação patrimonial, por esta caracterizar um diálogo entre comunidades e agentes responsáveis por ações educativas.

A problemática centrou-se na conexão do discurso de educação patrimonial produzido pelo PC com a espacialização das práticas

realizadas pelos parceiros, evidenciando as forças na disputa pela tomada de decisão sobre o espaço patrimonializado. Nesse sentido, identificou-se a importância da educação patrimonial no contexto da participação popular e da educação patrimonial enquanto instrumento de valorização do patrimônio histórico das cidades, e no âmbito das políticas públicas, visto que a educação patrimonial pode ser vista como mecanismo de partida à formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio ao passo que compõe estratégias de ativação social.

Na primeira parte do artigo apresentou-se o Fórum Circular e o ritual da participação; e o histórico e ações do Projeto circular desde o ano de 2013, bem como, os 03 Fórum Circular que aconteceram (2018, 2019 e 2020), no qual o discurso de Educação Patrimonial é empregado pelo Projeto no contexto sócio-participativo praticado pela sociedade civil que pontua o não controle da iniciativa política do Estado.

Na segunda parte do artigo foi apresentado o Fórum Circular como proposta de atuação participativa no planejamento de políticas públicas para a cidade, em que identificou-se que da Carta de Princípios à carta manifesto, passando pela publicação digital da revista.

O Fórum Circular estimulou práticas que são assimiladas no cotidiano do centro histórico, a partir dos usos do espaço, sejam eles de natureza mercadológica ou cultural. Nesse item analisou-se: a) o Projeto Circular e sua atuação na produção de novas formas de apropriação do espaço patrimonializado; b) como o Projeto cria usos novos por meio da apropriação discursiva do espaço vinculada à educação patrimonial; e por fim, c) como o Projeto e o Fórum Circular constitui uma proposta participativa às políticas públicas no centro histórico de Belém, a partir da participação como vivência e experiência do espaço.

5 Referências

BHABHA, H. K. **O local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila Eliana Lourenço de LIMA, Reis Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, Editora: UFMG, 1998.

BARROS, M. C. **Educação Patrimonial**: a preservação do patrimônio na produção do espaço urbano em belém – PA. 2018. 67f. Monografia de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BELÉM. Lei Municipal. **Lei do Patrimônio Histórico**. Nº 7.709, de 18 de maio de 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Cadernos Técnicos, Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta. v.1. (Cadernos técnicos, 3), 2005.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 20. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FISCHER, F. **Democracy & expertise: reorienting policy inquiry**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Á. B. (Org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

FLORÊNCIO, S. R. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R.. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014.

LEAL, S. **Fetichismo da participação popular**: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife. Brasil – Recife: Ed. do Autor, 2003. 351p.

LEFEBVRE, H. **El materialismo dialéctico**. Buenos Aires, La Pleyade, 1969.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Introducción y traducción: Emilio Martínez Gutiérrez. Capitán Swing Libros, S. L.: Madri, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PROJETO CIRCULAR. <http://www.projetocircular.com.br/>. 2018

PROJETO CIRCULAR. **Revista Circular**. Número Três. Julho, 2018.

PROJETO CIRCULAR. **Revista Circular**. Número Quatro. Fevereiro, 2019.

SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SCIFONI, S. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema In: TOLENTINO, Á. B. (Org.) **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

SILVA, F. G. A. da.; AMARAL, M. D. B. Uma análise das múltiplas territorialidades do núcleo da Cidade de Mairi-Belém. In: TAVARES, M. G. da C.; SERRA, H. R. H.; PACHECO, A. S. (orgs.) **Geografia, patrimônio & turismo na Amazônia brasileira**: Projeto Roteiro Geo-Turístico em Belém do Pará. Belém: Pró-Reitoria de Extensão/UFGPA, 2019.